

Práticas indígenas no Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Acre

Celia Letícia Gouvêa Collet⁴¹

Resumo: Contaremos sobre a experiência do grupo de pesquisa dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Acre entre os anos de 2010 e 2016 como forma de compartilhar nosso trabalho com aqueles que estão pensando (e praticando) sobre a questão dos indígenas na universidade, em particular, e mais amplamente, sobre o crescimento do espaço da *diferença* dentro das universidades. Trataremos deste momento que pode ser bastante criativo e transformador em relação a universidade, a antropologia e aos indígenas. A proposta do grupo de pesquisa era construir um espaço onde eles pudessem estudar e produzir a partir de seus interesses e especificidades. Onde a dinâmica não fosse centrada na ação *do* antropólogo/universidade *sobre* os indígenas, mas na ação, dilemas e produções de um coletivo de estudantes indígenas sobre a antropologia e a universidade. Teoria, reflexão sobre a realidade dos estudantes indígenas e da universidade, prática nos projetos de extensão e no dia a dia da universidade, tudo se imbricando no trabalho. Nos fomos construindo na linha tênue que passa entre a potência de vivenciar e experimentar a diferença e a criação de possibilidades e, por outro lado, a política identitária de afirmação que aceita a regra majoritária para abrir espaços de poder.

Palavras-Chave: Estudantes-indígenas; pesquisadores indígenas; universidade

O grupo de estudantes indígenas

O grupo de pesquisa e práticas que formamos na Universidade Federal do Acre em 2010 era constituído por mim, coordenadora e professora de antropologia e os estudantes indígenas Wendel Manchineri, Soleane Manchineri e Jefferson Saady (estudantes de História), Alana Manchineri (Ciências Biológicas), Alessandra Manchineri e Adenire Manchineri, (ambas do curso de geografia). Depois, em 2013, quando já havia sido implementado o sistema de cotas, chegaram

41 Universidade Federal do Acre



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Pamela Apurinã e Miguel Silva Guarani, estudantes do curso de Ciências Sociais. Alguns outros estudantes tiveram passagem rápida pelo grupo.

O grupo de pesquisa aconteceu no âmbito do Programa de Educação Tutorial Comunidades Indígenas (PET). Até 2010 o MEC promovia PETs diretamente relacionados a cursos de graduação. Este foi o primeiro ano em que se abriram programas para indígenas e quilombolas de cursos diversos. O projeto dos PETs se baseia na formação de grupos de estudantes coordenado por um tutor para desenvolver atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão.

Estes indígenas entraram na UFAC como estudantes “genéricos”, e o grupo de pesquisa foi a possibilidade dele se constituírem na universidade como estudantes indígenas. E isso não se refere apenas a um pertencimento identitário, mas principalmente à possibilidade de construir um espaço de diferença e criação a partir de seus referências de vida tão distantes da linguagem, conteúdos e interesses desenvolvidos dentro da universidade.

A proposta do grupo de pesquisa era construir um espaço onde eles pudessem estudar e produzir a partir de seus interesses e especificidades. Onde a dinâmica não fosse centrada na ação *do* antropólogo/universidade *sobre* os indígenas, mas na ação, dilemas e produções de um coletivo de estudantes indígenas sobre a antropologia e a universidade.

Era uma experiência nova, não conhecíamos outros projetos parecidos que já estivessem em andamento. O grupo, então, foi criando práticas de pesquisa, escrita, estudo e extensão a partir dos interesses dos seus membros. Assim se construindo enquanto grupo e pesquisadores indígenas ao mesmo tempo em que desenvolviam suas pesquisas, artigos, comunicações em seminários, estudos, palestras, atividades em escolas, atividades políticas.

Não conhecermos naquela época grupos com trabalhos semelhantes não nos possibilitou a troca de experiências, mas por outro lado, potencializou nossa liberdade de criar um fazer próprio, relativo às especificidades do grupo. Este artigo conta nossa experiência durante os seis anos que desenvolvemos este trabalho. Através dele queremos falar de quanto foi importante para os estudantes indígenas formarem um espaço em que pudessem se construir enquanto estudantes-indígenas na universidade.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Agora que foi aprovada a política de cotas pela UFAC e muitas outras universidades, o número de indígenas universitários tende a crescer e queremos mostrar nosso trabalho, nossa experiência ativa, criativa e singular de relação com a universidade. Pois um perigo que se apresenta, vide a política de universalização das escolas indígenas no Brasil, é que o ingresso na universidade seja mais um momento de captura da diversidade e não a possibilidade de levar a *diferença* a esta instituição normalizadora.

O grupo se iniciou do meu encontro com estudantes indígenas que haviam sido absorvidos pela perspectiva da universidade, mas que sentiam a violência com que aquele ambiente os tratava e, portanto, estavam interessados em problematizar seu lugar e sua participação na instituição. Ao longo do trabalho nos fomos fazendo pesquisadores, pensadores, escritores, políticos, indígenas, em contato com o mundo da academia e da escrita.

Teoria, reflexão sobre a realidade dos estudantes indígenas e da universidade, prática nos projetos de extensão e no dia a dia da universidade, tudo se imbricando no trabalho. Nos fomos construindo na linha tênue que passa entre a potência de vivenciar e experimentar a diferença e a criação de possibilidades e, por outro lado, a política identitária de afirmação que aceita a regra majoritária para abrir espaços de poder.

Ser indígena era poder, em certos momentos, criar essa possibilidade de diferença dentro da universidade, gerar esse novo universo dentro do universo-dado, e em outros, aceitar as categorias e regimes do Estado universal e dialogar com eles assumindo o papel dado aos indígenas, de “minoría”.

Quando começamos a nos reunir para construir nosso trabalho nos envolvemos com a burocracia de bolsas, relatórios, exigências da universidade. Depois, encontros: o que vamos fazer aqui, na universidade, este grupo de indígenas? Entramos pela antropologia, tanto aquela dos textos que propus quanto aquela que acontecia ali naquela sala frequentada por estudantes indígenas. Com a aproximação com a antropologia fui desconstruindo junto com eles esta ideia monolítica que tinham sobre ser indígena. Neste momento o texto “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” de Eduardo Viveiros de Castro (2006) teve um efeito muito forte sobre o grupo, colocando a possibilidade deles se olharem por um viés diferente daquele da *identidade original e fechada*.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Uma primeira questão que se apresentou nos primeiros encontros foi o desconforto deles em se reconhecerem como indígenas frente à universidade, professores, alunos, funcionários, burocracia e até a eles mesmos e a seus parentes que vivem nas terras indígenas. Um dos estudantes falava sempre “eles, os índios”, e conversávamos sobre isso, sobre como eles introjetavam essa imagem de “índio de verdade” e como se achavam “índios pela metade”. Com os encontros em que tratávamos de temas da antropologia como o conceito de identidade, e sua relação com a idéia de cultura, origem e natureza, começou a acontecer uma afirmação da possibilidade de ser Manchineri, por exemplo, e também estar na universidade e viver na cidade. Assim, o conflito, o confronto com os diversos componentes da instituição foi ficando mais claro e eles passaram a se afirmar naquele espaço.

Volta para a floresta! Você não é índio, não está pelado! Um dos membros do grupo relata que além de sempre ouvir este discurso, ele ficava isolado e discriminado nas atividades de aula. Relata também que muitas vezes suas ideias e opiniões não eram levadas a sério por professores e alunos, sendo consideradas fora do contexto. Refletindo um racismo da universidade enquanto centro eurocêntrico de saber que despreza qualquer nova possibilidade de conhecimento, seja de conteúdos, seja de formas.

Neste contexto nosso trabalho nos encaminhou para além das atividades em torno das pesquisas. Para irmos ao encontro de outros professores e estudantes, dentro e fora da universidade, com o objetivo de que os estudantes indígenas pudessem falar de sua realidade e dos demais indígenas criamos as palestras, que depois foram se enriquecendo com atividades práticas como jogos e brincadeiras indígenas e narração de mitos. E em 2013 resolvemos fazer um trabalho mais intenso e fomos realizar durante um ano atividades na escola Isa Mello. E então nossa *máquina* passou a funcionar com a retroalimentação de todas as frentes de trabalho: pesquisa, interlocução oral e escrita, política, aprendizado, estudo, vida universitária e práticas com crianças.

O grupo

No ingresso dos estudantes no grupo, a interessante questão da identidade indígena já se colocou como problema prático (e teórico). A maioria dos Manchineri já tinham seu etnônimo incorporado na carteira de identidade, fazendo a confirmação entre identidade étnica e burocrática.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Os outros casos, em que a identificação não foi mediada pela Funai, mostravam situações muito particulares ainda não carimbadas pelo Estado e assim traziam dúvidas quanto a “veracidade” de suas indianidades.

A estudante apurinã chegou a Universidade passando pelo processo de mudar de nome na identidade para que constasse registrado o sobrenome Apurinã. Este processo era necessário, segundo ela, para garantir que seus direitos como indígena fossem garantidos.

“Sou cabelereira. Meu pai é Manchineri e sempre fui criada por minha mãe em Rio Branco” dizia a estudante que logo depois deixou o grupo, pois não conseguia conciliar as atividades com seu trabalho de cabelereira. Ela demonstrava sempre um desconforto naquela “posição” de indígena, que conflituava com seu interesse de pertencer a um grupo de pesquisa na universidade podendo assim melhorar seu currículo.

“Sou descendente de indígenas peruanos”. Estudante de Xapuri que entrou no universo jaminawa através de seu interesse pela questão do alcoolismo. Na Escola Isa Mello, onde fizemos atividades, em uma roda de conversa, ele imediatamente se identificou com uma criança que se identificava genericamente como “índio” ou “descendente de índio”, mas não com um grupo específico. Identificação com a maioria da população acreana.

Outro caso: um estudante filho de Huni Kuin que foi adotado por uma família não indígena de Rio Branco. Este mais aceito como “índio” desde o principio bastante aceito de designação biológica, mas claramente desconfortável neste lugar. Ele não se identificou com o grupo e logo saiu.

Um dos estudantes passou por um processo de tornar-se, retornar-se guarani, a partir do encontro com os indígenas acreanos. Devir indígena para devir guarani. A entrada de seu filho no curso de Ciências Sociais e a aproximação do seu grupo familiar dos indígenas e posteriormente a sua entrada no mesmo curso foi parte importante deste processo. Ser indígena, neste caso, passou por ser indígena através da universidade e na universidade.

Este era o grupo, diverso, múltiplo em suas relações com ser indígena.

Educação escolar indígena

Venho estudando educação escolar indígena desde 1995 quando comecei a assessorar a escola dos Apurinã. Depois, no mestrado tratei criticamente o conceito de interculturalidade a partir do acompanhamento do projeto Tucum de formação de professores indígenas em Mato Grosso. No doutorado fui percebendo como a escola indígena pode ser usada para “transformar-se em branco” a partir da possibilidade dela ser mais uma instância em seu complexo ritual de relação com “outros” poderosos.

Estes estudos perturbaram meu olhar para a escola não indígena e também para a universidade. Estas não puderam mais ser vistas da mesma forma. O que tem de ritual? O que tem além da ideia de que Escola diz respeito a conhecimento, a conteúdos? O que tem na nossa escola de função ritual de moldar corpos e subjetividades?

Antes do grupo do PET esta perturbação aconteceu através da distancia temporal entre o ir a campo, fazer a pesquisa e poder retornar a nosso sistema educacional vendo-o através de uma outra perspectiva. Já com o grupo de estudantes indígenas na universidade a perturbação é imediata, evidenciando muitos pontos do funcionamento da máquina universitária.

Quando passo a coordenar o grupo de estudantes indígenas na Universidade Federal do Acre essas pontas se ligam, pois aí temos indígenas na escola/universidade afetando a forma escola/universidade na prática. A universidade que tanto é uma escola como é formadora de escolas. Quando se abre a possibilidade da universidade (seus diversos setores) se relacionar diariamente, diretamente com a diferença temos um campo muito interessante de ação e de investigação. Ação para além da tolerância e da folclorização, que pressuponha abertura para a diversidade de pensamento, de ciências, de formas de pesquisar e expressar.

Escrever

Há dificuldade em escrever este artigo. Ao começar a escrevê-lo não conseguia encontrar o lugar a partir do qual escrever. Escrever uma etnografia é conhecido, quem é o etnólogo quem são os indígenas, um fala sobre os outros e coloca suas falas entre aspas no meio do texto, e comenta depois.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Depois que terminei minha tese não consegui mais escrever desta forma, escrever *sobre* os indígenas. Não me sentia confortável, não sabia de onde escrever, como escrever. Em 2010 surgiu a oportunidade de coordenar o Programa de Educação Tutorial para Comunidades Indígenas da UFAC, projeto institucional que abriu a possibilidade de formarmos o grupo de pesquisa. O que logo me interessou principalmente por ser uma saída para o meu dilema. Talvez a questão não fosse *como* escrever mas *com quem* escrever. Formando um grupo na universidade com os indígenas poderíamos pesquisar e escrever juntos.

Durante os seis anos que trabalhei com o grupo, as atividades de estudo, pesquisa, escrita, palestras, falas em seminários foram feitas em conjunto. O que não quer dizer em concordância, pois muitas vezes o conjunto compõe diferenças e até tensões entre os pontos de vista, as estratégias políticas, etc.

Os artigos que resultaram do trabalho no grupo foram escritos por eles da seguinte forma: eles escreviam e traziam para mim ou para o grupo todo, e então fazíamos nossa colaboração. Alguns foram de autoria coletiva e outros em dupla ou individuais.⁴²

Agora que não coordeno mais o grupo e participo deste seminário me vejo na tarefa de escrever sozinha sobre o grupo. Isso é possível? Como fazê-lo nesta situação? Voltar a primeira pessoa do singular para falar do projeto coletivo? Ainda sou um coletivo neste artigo?

Não tendo mais o grupo para escrever-junto corro o risco de escrever um texto etnográfico clássico, em que uso a primeira pessoa (mesmo que seja do plural, falando no lugar do grupo) para falar *sobre* o grupo (não mais *com* o grupo). Como não voltar ao lugar de hierarquia?

Meu tema aqui não é a escrita etnográfica, mas a escrita etnográfica *dentro de e sobre* um grupo de indígenas na universidade. Quando o coletivo da pesquisa está fora da universidade já se coloca o problema, mas como é isso quando se trata de um trabalho em que a coordenadora não indígena e os indígenas estão dentro da universidade? Quando, poderíamos dizer, a coordenadora é cada vez menos antropóloga e os indígenas cada vez mais antropólogos?

42 A maioria dos artigos compõe o livro que estamos publicando sobre o trabalho do grupo (MANCHINERI, 2017).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Nesta construção de escrever-junto criamos a pesquisa reflexiva levada a diante por Alana Manchineri, para acompanhar e tratar as questões que estávamos vivendo no grupo, suas relações internas e também com os demais setores da universidade e da sociedade. Esta foi uma estratégia para fortalecer a ideia do escrever-junto. Enquanto isso os outros estudantes indígenas tinham como tema assuntos “externos” ao grupo.

as pessoas envolvidas são ao mesmo tempo pesquisadores e parte do objeto de estudo. Esta característica da pesquisa é vista por nós não como um problema metodológico a ser superado, mas como uma grande possibilidade de abertura para diversas dimensões do processo estudado, e, portanto, um fator de enriquecimento [...] Como trabalhar com o meu objeto de pesquisa que me faz ter que ser duplamente ou triplamente reflexiva? Sou indígena, sou pesquisadora e sou pesquisadora de indígenas pesquisadores. (MANCHINERI et al, 2017)⁴³

Alana era uma estudante indígena fazendo pesquisa sobre o grupo com minha colaboração. Pergunto: isso muda alguma coisa? Digo, se desprezarmos a variável identidade como ponto fundamental para a autoridade de quem fala de quem, não continuamos partindo de uma relação baseada na separação sujeito e objeto da pesquisa? E aí aprofundo um questionamento importante: basta a pesquisa ser feita pelo indígena para rompermos com esta dicotomia entre quem diz e quem é dito, sobre a autoridade de falar pelo outro ou do outro?

Minha experiência neste grupo de pesquisa e principalmente em encontros com estudantes indígenas em outras universidades mostram que não, não basta. Pelo contrário, quanto mais nos pautamos no pressuposto de que o indígena pode falar *pelo* seu povo, *pela* sua cultura, o que parece acontecer é que este acadêmico indígena fortalece a posição de pesquisador clássico, que tem tanta autoridade para falar como sujeito que acaba reforçando seu lugar de sujeito. Desta forma reproduz-

43 Esta citação me coloca uma questão: qual a diferença entre tratar o discurso indígena como “exemplo” na etnografia, e assim, agora, como citação, já que seu discurso foi “academizado”?



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

se o modelo positivista de ciência, pautando-se na autoridade que o indígena tem em estar na posição de sujeito da pesquisa.

O grupo de pesquisa na UFAC resolveu apostar na radicalização da forma de fazer pesquisa, criando novas maneiras e pressupostos, levando a sério o que diz Ibã Huni Kuin quando perguntado sobre o que aprendeu na universidade: “a universidade tem que aprender comigo” (MATTOS, 2016, p.84).

Assim ao iniciarem as pesquisas surgiram muitos questionamentos sobre a prática-pesquisa por parte dos estudantes-indígenas:

Como é ser pesquisador indígena na universidade hoje?

Como conciliar ser pesquisador e ser indígena?

Como trazer os conhecimentos indígenas para dentro da academia?

O nosso saber é “saber-indígena” ou “saber”?

Como se apropriar dos saberes tradicionais como dado de pesquisa?

O conhecimento é coletivo ou pode ser apropriado individualmente com propósitos acadêmicos?

Como se relacionar com todas as questões que surgem diante da recente chegada dos indígenas às universidades, e à UFAC de Rio Branco mais especificamente?

Como explicar para um parente (avó, tio, pai) que o mito que está sendo contado ou o saber transmitido irá para um espaço extrafamiliar podendo se transformar de história-de-família em dado-de-pesquisa?

Ou não contar?

O saber é coletivo ou individual?

O estudante indígena é indivíduo ou parte de um coletivo?

Podemos ousar sermos acadêmicos diferentes?

Qual o espaço existente ou possível para pesquisas que partam dos conhecimentos, cosmologias e modos de vida indígenas?



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Como elaborar de forma acadêmica os conhecimentos que fazem parte de nossa experiência pessoal e familiar? (COLLET et al, 2015, p. 32)

Estas questões permearam o trabalho dos estudantes em estarem atentos a seu lugar de pesquisadores indígenas. Como não reproduzir a relação pesquisador/objeto e colonizador/colonizado?

As pesquisas dos estudantes indígenas e seus questionamentos realça a impossibilidade da ciência de continuar se pautando neste modelo de pureza que deixa de fora contextos políticos, econômicos e circunstanciais. É um dos casos que mostra a importância da presença dos indígenas na universidade como possibilidade de evidenciar as relações escondidas pela uniformidade da instituição.

As universidades recebem os estudantes indígenas, mas recebem apenas o aspecto de sua identidade. Tudo o que seja sobre saberes, conhecimentos, métodos, formas de pensar e de expressar peculiares a sua vivência diferente não é bem vindo. A diversidade de identidade é bem vinda, não as diferenças que poderiam vir com os indígenas.

Claro que, ainda bem, sempre há uma brecha para que fluxos escapem entre os estriamentos universitários. A possibilidade de compor o grupo do Programa de Educação Tutorial foi uma brecha aproveitada. Este grupo poderia ter se formado sem que os indígenas pudessem se construir como pesquisadores-indígenas. Alias, era o mais provável de acontecer nesta estrutura universitária que trata todos os estudantes e mais ainda aqueles “diferentes” através de uma política educacional baseada na reprodução e no embotamento da livre criação.

De início, muitos estudantes indígenas tiveram dificuldade em ser tratados como pesquisadores, como pessoas que tem algo a dizer. Quando eles escreviam um artigo, me entregavam timidamente pedindo desculpas por não estar bem fundamentado e superficial, se referindo com isso a *falar só de suas vidas*. Por exemplo, no livro que o grupo está publicando (MANCHINERI et al, 2017) os capítulos “Do avô aos netos: trajetórias de vida de dois estudantes manchineri do PET indígena” de Soleane e Wendel Manchineri e “Essa ai é índia mesmo: notas de uma universitária apurinã sobre mistura, transformação e história” de Xanupa Apurinã passaram por este caminho. Eram histórias, etnografias ricas, mas que não eram vistas como importantes por



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

estarem *próximas demais* de sua realidade. Ao lê-las, entretanto, me deparei com a novidade que estava ali e pudemos ver sua contribuição muito própria à antropologia e à história de forma.

Quando os estudantes indígenas partem de sua realidade, não mais a veem como “ciência”, como “acadêmica”, pois é “próxima demais”. Então *não vale*. Enquanto eu, como antropóloga, como disse no início, busco sair da primeira pessoa do singular, do eu, me juntando ao grupo de pesquisadores indígenas, eles por seu lado tem o “eu” como ponto de partida para sua escrita. O “eu” que é um “nós” no sentido que a realidade que apresentam é comum a muitos mais. Xanupa Apurinã para falar de sua “mistura” se sente insegura por não dominar a discussão teórica, mas ficando livre para se expressar nos mostra a questão da mistura indígena de uma perspectiva nova, de como ela “virou índia”.

Também, como eles contam em várias ocasiões, as atividades das palestras nas escolas tiveram um efeito impensável neles. Serem pesquisadores de “si mesmos” somado a falarem para si através de falar para os outros nas palestras que ser indígena vai além da ideia natural e fixa de índio, teve um efeito impensável no início do projeto. O trabalho de estudo antropológico, de pesquisa e escrita e o trabalho de extensão foram se reforçando de uma forma imprevisível e tendo efeitos fortes sobre seus processos de afirmação.

O trabalho antropológico pensado no início ainda pressupunha um fora e um dentro, acabou sendo rompido, bem como esta linha divisória, pois para eles a importância maior do trabalho foi como auto-construção de suas subjetividades indígenas em grupo. Efeito não imaginado e, a princípio distante do objetivo inicial de “abrir espaço para os saberes indígenas na universidade”.

Ao que parece isso acabou acontecendo da forma indígena mais que da forma antropológica prevista: formamos e transformamos subjetividades durante as atividades do grupo. E essa política imprevista foi mais forte que qualquer ação política pró-indígenas na universidade.

Para a introdução de nosso livro cada estudante escreveu um pouco sobre o grupo de estudos, e a questão se repetiu em todos:

Jefferson disse que *talvez não porque foi e é precursor nas políticas públicas educacionais e sociais na cidade de Rio Branco no que concerne tratar a questão dos povos indígenas na universidade e para fora dela, mas por trazer em nosso próprio íntimo a principal ferramenta para*



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

*todo esse processo, nossa memória e nosso sentimento de pertencimento. Foi através de todos os meandros já citados, que pudemos nos ver de dentro para fora e qual nosso papel também enquanto atores sociais e políticos.*⁴⁴

Alana trata que pessoalmente posso destacar minha vida política antes PET e pós PET, deixar de me enxergar como uma “índia pela metade” após as leituras, os encontros e as atividades ampliou minha responsabilidade social e política enquanto Manchineri da cidade.

E Xanupa, que o PET nos proporcionou um olhar para dentro de nós. Particularmente através do PET tive muito orgulho de ser quem sou, mestiça, filha de uma Apurinã.

Wendel Manchineri, quando entrou no grupo sempre se referia aos indígenas como “eles”, “eles, os indígenas”. Não se incluía como indígena, apesar de saber ser Manchineri, de viver com seus familiares manchineri, e de ter vivido parte de sua infância em uma aldeia. Ao que parece, ele próprio tinha o preconceito de não ser “completamente” indígena por viver na cidade e compartilhar de muitos aspectos da cultura urbana de Rio Branco. Aos poucos, com a formação do grupo de estudantes indígenas e o estudo de antropologia ele foi se dando conta de que a identidade indígena não passaria pela manutenção de uma cultura original intocável e fixa. Ele começou a perceber que poderia ser “completamente” e “verdadeiramente” indígena morando na cidade e cursando universidade. A partir de determinado momento ele passou a utilizar o “nós” para falar dos indígenas, o que fez grande diferença no seu posicionamento na universidade.

Interessante que se uma parte do grupo mostrou a insegurança de escrever e depois se encontrou podendo escrever a partir de sua realidade conhecida, outra parte (essa divisão de partes pode ser vista também no nível infra-individual) foi para o lado oposto: reforçar o estilo acadêmico, chegando com muitos conceitos retirados e repetidos de antropólogos, colocando gráficos tipo “power point” e seguindo uma linguagem que tem como modelo a escrita abstrata e formal da academia.

44 Como este texto e os que seguem são parte do trabalho do grupo de pesquisa não os colocarei como citação, mas como composição entre o grupo, por isso não seguirei as normas da ABNT para citações neste caso. Estes textos podem ser lidos em MANCHINERI et al, 2017.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Mitologia e História

Um momento particularmente representativo da intrusão da diferença nos cursos da universidade através dos estudantes indígenas foi quando, em 2013, fizemos o grupo de estudos sobre mitologia. Nele, contamos e ouvimos mitos e falamos sobre a variação dos mitos em contextos diferentes, na aldeia, em suas casas, nas escolas ou centros turísticos da cidade. Também lemos textos de antropólogos, a começar pelas Mitológicas. Estes encontros foram extremamente ricos, e muito apareceu da relação deles com a mitologia que não era acionado em seu cotidiano. Nestes encontros a narrativa oral e o pensamento mítico se mostraram fortemente para cada um, para o grupo.

O impacto nos estudantes do curso de História foi intenso. Puderam contrastar o pensamento mítico com a ideia de “pensamento verdadeiro” baseado na escrita e na história visto em seu curso e ver como este último é apenas a forma hegemônica característica da universalidade da universidade. O pensamento mítico-oral visto pela universidade como “deficiência” apareceu para eles como potencialidade, como diferença possível. No livro dos estudantes indígenas que estamos publicando, no capítulo “Mitos Manchineri: bons para pensar a atualidade” Soleane Manchineri e Wendel Manchineri usaram os mitos para falar de suas vidas, inspirados nos encontros do grupo e no que leram de Peter Gow sobre os Piro, parentes peruanos dos Manchineri. (MANCHINERI et al, 2017)

Soleane Manchineri diz que uma das grandes dificuldades que encontra no curso de História é reconhecer os mitos como narrativas tão verdadeiras e sérias como as históricas.

Entretanto, nós, jovens universitários manchineri, percebemos ao entrarmos novamente em contato com nossos mitos que eles não dizem respeito apenas ao passado ou à vida na floresta. Fomos aos poucos entendendo seu valor como norteador de nossas vidas. Podemos entender muito de nossa realidade atual, da nossa vida na cidade, de nossa relação com os brancos através dos nossos mitos.

Muitos opõem mito e história, colocando o primeiro no lugar da invenção e da mentira e a segunda no lugar da verdade e da ciência. A nosso ver, o problema sobre a veracidade dos mitos nos afasta das questões mais interessante: como construímos nossas narrativas, nossas explicações? Como continuarmos a criá-las, a transformá-las e a relacioná-las com a nossa realidade?(MANCHINERI et al, 2017)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Ainda sobre o modo de proceder universitário gostaria também de tratar da questão da hierarquia que se baseia no monopólio do conhecimento. Assim, professores sabem e estudantes aprendem. Professores estão preparados para escrever artigos e apresentar, estudantes reproduzem e não criam.

Ao querer gerar um ambiente criativo no grupo que possibilitasse escrever-junto tivemos dificuldade pois a escolarização prepara o estudante, indígena ou não para relações hierárquicas que pressupõe um trabalho *sem responsabilidade*, no sentido de que uma das maiores tarefas da escola é ensinar a delegar o aprendizado ao outro, professor, orientador. A permanente infantilização das pessoas é sua consequência. Sempre se está retirando de si e dando ao outro a responsabilidade sobre a vida, sobre como se aprende, o que se aprende.

Aprendemos na escola fundamentalmente a não termos responsabilidade sobre nossas vidas e conseqüentemente a agir somente por pressão, competição e prêmio, notas e punições. Como nas religiões monoteístas ou na democracia, a escola também segue este modelo que nos afasta da relação através da responsabilidade e da coletividade.

Assim, os estudantes tiveram muita dificuldade para se motivar a ser pesquisadores, a escolher seu tema, a escrever de sua forma, a não ter um modelo a seguir, a frequentar as reuniões sem ter que assinar a frequência, a contribuir para um trabalho coletivo. Também a competição com os professores dos cursos que trabalham por pressão e nota fez muitas vezes que este trabalho coletivo fosse colocado em segundo plano para atender as exigências dos trabalhos e monografias.

Algumas vezes houve conflito, como, por exemplo, nas monografias que no curso de História tem um modelo científico incompatível com nossa prática no grupo de construir o projeto ao longo do trabalho, além de concepções divergentes de conceitos e teorias.

Expandindo para a Universidade e fora dela

Fizemos palestras dentro e fora da UFAC, principalmente para grupos de estudantes. A atividade foi intitulada a princípio “desfazendo preconceitos” e tinha como eixo tratar as principais ideias que as pessoas geralmente têm sobre os povos indígenas. Talvez, a chegada deles como estudantes universitários indígenas tivesse um impacto maior que o conteúdo de suas falas.

Nas palestras, na hora do debate eles se deparavam com muitas perguntas ofensivas. Eram perguntados se eram índios mesmo pois não se vestiam como tal, ouviam que não era justo que todo índio ganhasse salário da Funai, que índio era preguiçoso e têm terra demais, e muitos outros comentários que seriam de se esperar e podem ser vistos como expressão do preconceito da população. Eu me deparei com a diferença de ser antropóloga e responder àquelas questões para esclarecê-las e os estudantes indígenas que sentiam “na pele” o preconceito e ficavam extremamente indignados com os “ataques” a ponto de um dia em uma palestra para o curso de geografia haver um bate-boca que quase virou agressão física.

Uma das coisas que o grupo decidiu foi não ir “fantasiado de índio”. Eles diziam que queriam ir como se vestiam normalmente para quebrar com a vinculação deles à floresta.

Somos indígenas, temos nossa rede de parentesco muito forte, temos nossa história ligada às lutas políticas indígenas, somos descendentes dos povos originários da América. Não precisamos nos “fantasiar” de índio para agradar a uma visão sobre nós. Somos indígenas, vivemos na cidade, cursamos a universidade e infelizmente temos que lidar diariamente com questionamentos contrários ao ir para aula ou dar uma palestra de calça jeans, tênis e mochila. Entrando neste assunto podemos fazer uma retrospectiva dentro do próprio grupo PET, que passou por um processo de esclarecimento sobre os preconceitos que passávamos e passamos, este processo de construção de uma identidade étnica sem um padrão romantizado foi de extrema importância para nós, desde auto afirmarmo-nos até ministrar uma palestra acerca de preconceitos sobre os indígenas. (MANCHINERI et al, 2017)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Era interessante que algumas vezes eles é que se identificavam a partir de um padrão externo genérico. Como a vez, em uma palestra na biblioteca pública de Rio Branco em que uma das estudantes falou sobre a realidade de uma estudante universitária indígena, que não tinha filhos como as parentes da aldeia. Seria uma afirmação talvez até estatisticamente real, mas a própria estudante que falava isso tem duas filhas.

É interessante como as identidades vão sendo ativadas em relação com o momento, sem compromisso com nossa ideia de “verdade”. E na universidade esse jogo acontece permanentemente, papéis e atitudes vão sendo ativados nas aulas, nas palestras. Da mesma forma que neste exemplo foi construída essa identidade de estudante indígena mulher de acordo com um modelo pré-estabelecido, muitas vezes a identidade de estudante universitário é vivenciada e passa por cumprir todos os rituais universitários, durante tanto tempo que há o perigo dessa identidade sugar a pessoa que passa a incorporar e naturalizar o modo de escrever, de falar, de se comportar, de fazer um “power point” que é generalizado no curso. Percebe-se que os professores acham muito interessante que haja estudantes indígenas, desde que eles abandonem sua expertise oral como algo ultrapassado e sofram continuamente para aprender a escrever de forma acadêmica, ou que deixem suas *crendices* na família para aprender a *verdade científica*. Mas que guardem alguma lembrança de sua indianidade pois a qualquer momento podem ser chamados para uma “apresentação cultural”.

A escrita das monografias foi um momento tenso pois o modelo exigido pelos orientadores dos cursos pressupunham uma metodologia científica extremamente violenta, não apenas aos alunos indígenas, mas imagino aos demais estudantes.

E aí existe um ponto importante em relação aos indígenas na universidade. Começamos a ver a inadequação da universidade a eles (apesar da universidade insistir no contrário) e vai se tornando impossível não ver a inadequação das formas, métodos, conteúdos em relação a todos os estudantes, que mesmo não se declarando indígenas trazem, óbvio, uma diferença, a diversidade. A presença dos indígenas na universidade é a possibilidade da universidade se olhar de fora.

Experiência na escola Isa Mello

A ideia era que o grupo pudesse interagir com outros grupos igualmente inseridos no modelo eurocêntrico de pensamento e ideal de vida. Fomos para as escolas. Expandir o que já estávamos fazendo na universidade, expandir o espaço dos estudantes indígenas para as escolas, para as crianças amazônicas, crianças indígenas. Perturbar um pouco a sociedade “branca” de Rio Branco.

Começamos então a fazer palestras na universidade e em escolas. Nas escolas buscávamos uma linguagem mais próxima das crianças, foi então que Soleane passou a contar mitos. No início, eu, que sou também “contadora de histórias”, contava alguns mitos, mas passei a me sentir desconfortável neste papel e apenas ela passou a contar. O interessante é que meu problema em relação a eu contar os mitos dizia respeito a legitimidade e falta de conhecimento do contexto dos mitos, mas Soleane muitas vezes contava mitos que não eram de seu povo, mas havia uma legitimidade dada externamente pela identidade indígena genérica.

Este acontecimento evidencia a relação entre antropologia e legitimidade, em que a antropologia em um determinado momento detém a “verdade” sobre os povos minoritários e em outro não pode se manifestar frente a estes povos pela “verdade” estar somente com eles. E isso reforça a distância entre mundos e vai na contramão de políticas de ações afirmativas escolares.

Por exemplo, a experiência na escola Isa Mello aproveita a existência da lei 11.645 como forma de levar uma proposta experimental para os professores e alunos tratarem da questão indígena. Se por um lado queremos fugir da folclorização escolar do indígena, por outro não podemos nos engessar no rigor etnográfico. Ou seja, nossa proposta pressupõe um respeito os povos indígenas e seus saberes e também propõe que as professoras possam criar em suas atividades. Na nossa prática isso aconteceu ao partirmos da realidade indígena, seus mitos e brincadeiras, mas tratando-os como pontes entre as crianças e os indígenas e não como conhecimentos originais - “cultura” – a serem reproduzidos e copiados.

No exemplo acima, os mitos eram contados como Soleane tinha ouvido de outras pessoas, numa versão muito distante, diferente e simplificada do “mito original e completo” contado na aldeia. Mas dada a distancia dos professores desta realidade será impossível eles entrarem na escola de uma forma respeitosa? E também: iremos reproduzir nesta política nas escolas a ideia de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

“cultura” pressuposta pela antropologia e pelos movimentos sociais, que mesmo fazendo uma crítica ao folclore apostam em sua atualização como “cultura”?

O PET de Educação Física tinha um trabalho de pesquisa sobre as brincadeiras tradicionais, dentre elas muitas indígenas. Fizemos então encontros entre os dois PETs e trocamos conhecimento no campo dos jogos e brincadeiras indígenas. Fizemos com eles a visita a escolas de Rio Branco, com conversas, histórias, jogos e brincadeiras indígenas.

Em dois anos desta atividade pudemos perceber o distanciamento dos professores em relação à questão indígena. Na própria universidade não entram em contato com este universo. Conheci isso mais de perto ao acompanhar um pouco a elaboração de um plano político pedagógico do curso de pedagogia da UFAC. Completamente distante da realidade acreana, baseado em outros planos do Sul, de São Paulo.

O processo de afastamento da universidade da realidade do Estado em que se encontra, como se fosse um enclave colonizador no meio da floresta também verificamos nas escolas, onde, quando o indígena é citado é aquele folclorizado tratado nos filmes estadunidenses ou bem distante no tempo ou no espaço. O indígena real, no Acre, em Rio Branco, cidade indígena em sua composição e modo de vida, não entra na escola.

Resolvemos então fazer um projeto piloto em uma única escola, onde poderíamos ao mesmo tempo fazer um trabalho mais profundo com as crianças além daquele que fazíamos em somente uma tarde, e também formar os professores para seguir trabalhando sobre a questão.

Escolhemos uma escola, Isa Mello, que fica localizada no bairro Vitória, onde reside a maior concentração de indígenas na cidade de Rio Branco, inclusive alguns dos estudantes universitários.

Entramos em contato com a diretora, marcamos reunião com os professores para expor o projeto. Como já prevíamos, o interesse pelo assunto foi muito pequeno. Combinamos de fazer um rodízio entre as turmas de 1º a 5º ano para que todas recebessem as atividades. Cada professor recebeu uma apostila descrevendo a atividade e deveria acompanhá-las na sala para que pudesse continuar desenvolvendo nos outros anos.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O grupo se empenhou em fazer pesquisa para as atividades propostas e ao final montamos dois módulos, um para o primeiro semestre com mitos e brincadeiras indígenas e no segundo semestre, vídeos e proposições de aulas.

Sobre este trabalho na escola, gostaria de destacar alguns pontos interessantes:

O contato dos estudantes indígenas com os estudantes da escola. Do lado dos universitários, eles contam que se viam naquelas crianças, começaram a contar de como era o tempo da escola em que sofriam diversas violências por serem conhecidos como indígenas. Voltar ao ambiente escolar como estudantes universitários causou neles, me parece, a possibilidade de voltar àquele tempo e modificar algo. Como se fosse um trabalho mítico. Contar o passado, viver o passado de uma outra perspectiva. Agora eram valorizados, mesmo que muitos professores não gostassem muito da nossa proposta.

Certo dia fizemos uma roda de conversa de algumas crianças indígenas e os estudantes do PET, eles ficaram muito emocionados, disseram que se viam naquelas crianças. Mesmo Jefferson, que não se enquadrava na identidade indígena “pura” foi tocado por um menino que como ele não encontrava lugar para ser indígena, mas não podia negar também sua vida e história.

Quando chegávamos à sala de aula, perguntávamos se havia indígenas e havia um silêncio total contrastando com o que víamos, uma sala repleta de crianças em sua maioria morenas de cabelo liso e preto e olhos amendoados. Ou acontecia dos colegas em tom de chacota “acusarem” alguém de ser indígena e a criança timidamente “admitir”.

Mas muitas vezes no fim da atividade algumas crianças se aproximavam e diziam: minha mãe é índia, minha vó é índia, sou Apurinã, sou Kaxinawa. E no recreio os estudantes do PET eram cercados pelas crianças que contavam as histórias de suas famílias.

Desta experiência surgiu o livro “Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas” (COLLET; PALADINO; RUSSO; 2014), onde eu, Mariana Paladino e Kelly Russo desenvolvemos mais ideias de atividades para serem trabalhadas nas escolas em todos os segmentos.

O grupo de pesquisa dos estudantes indígenas foi um acontecimento na UFAC, em Rio Branco, com suas experiências e práticas. Nele pude vivenciar que, na prática, nas decisões e ações



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

da interação do grupo, muitos dos pressupostos pautados na teoria antropológica deixam de ser absolutos e passam numa velocidade extremamente rápida a fazer sentido no *momento* da atividade. Assim, passamos a trabalhar muito mais com o *efeito* do que com a *natureza* da ação como medida de nossas práticas. Muitas vezes tive que me dividir internamente entre antropóloga e coordenadora e mandar a antropóloga ficar quieta sob pena de nada acontecer, de tudo parecer simplificado, sem o cuidado etnográfico necessário ou questionável teoricamente.

Pretendi neste artigo contar brevemente sobre a experiência do grupo de pesquisa dos estudantes indígenas na UFAC como forma de compartilhar nosso trabalho com aqueles que estão pensando (e praticando) sobre o fenômeno dos indígenas na universidade, em particular, e mais amplamente, sobre o crescimento do espaço da *diferença* dentro das universidades. Tratar deste momento que pode ser bastante criativo e transformador em relação a universidade, a antropologia e aos indígenas.

Bibliografia:

COLLET et al. Estudantes e conhecimentos indígenas na universidade In: Freitas, A. (org). Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil. Rio de Janeiro : E-papers, 2015.

COLLET, C; PALADINO, M. RUSSO, K. Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas / Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. – Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

MANCHINERI. A. et al. Um encontro diverso para experiências da diferença: o grupo de pesquisadores indígenas na UFAC. 2017. No prelo.

MATTOS, A. A política dos artistas na pedagogia Huni Kuin. In: Albuquerque, G. R. (org.) Das Margens. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil Todo mundo é índio exceto quem não é. 2006. https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf Acesso em 16/04/2017